

05.dezembro.2013 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Professor António Branco, da Universidade de Lisboa

Recebido por: Deputados: Rosa Arezes (PSD), Maria da Conceição Pereira (PSD), Isidro Araújo (PSD), Carlos Enes (PS) e Agostinho Santa (PS).

Assunto: A preparação tecnológica da língua portuguesa para a era digital.

Exposição: A Senhora Deputada Rosa Arezes (PSD), que presidia à reunião, deu as boas vindas ao Professor António Branco, Professor Associado da Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências, Departamento de Informática e pediu-lhe para expor a matéria em causa.

O Professor António Branco indicou que o ponto de partida da sua exposição é o Livro Branco sobre “A Língua Portuguesa na Era Digital”, de que é primeiro autor, e que se encontra publicado numa coleção de uma editora internacional, promovida pela rede europeia de excelência em I&D METANET, em que foi elaborado um livro para cada língua. É tratada no livro a preparação da língua portuguesa para a sociedade de informação.

Fez, depois, uma apresentação apoiada por *power point* (disponível na [página da Comissão, na internet](#)), referindo que a língua portuguesa é a 5.^a em número de utilizadores na internet e de falantes no mundo, com taxas idênticas de utilizadores de internet e de população mundial e bem assim de taxas de penetração da internet nos países da CPLP e no mundo, salientando que o número de falantes do português se encontra próximo dos valores médios de cada uma destas estatísticas.

No que respeita à preparação tecnológica da língua, notou que o seu processamento computacional é crucial para a interação em linguagem natural com serviços e dispositivos artificiais, para a comunicação tecnologicamente assistida com falantes de outras línguas com os quais não se partilha língua veicular comum, e para o acesso a acervos de informação registados em outras línguas que não o português.

Informou que foi feita uma avaliação qualitativa do nível de desenvolvimento desta tecnologia para a língua portuguesa (com base numa matriz para avaliação idêntica para as várias línguas), concluindo-se que o nosso idioma se integra no grupo daqueles que tem um apoio “fragmentário”, junto com línguas que têm um número de falantes muito inferior. Em contrapartida o holandês, o espanhol, o francês, o italiano ou o alemão integram-se no grupo daqueles que têm um apoio “médio”, e o inglês tem um apoio “bom”.

A avaliação quantitativa, por sua vez, levou em conta a contagem das referências à língua portuguesa nos artigos científicos da especialidade, o que reflete o nível do esforço de investigação científica que lhe é dedicada, e também aqui a língua portuguesa está ao nível de línguas com uma expansão muito menor, como por exemplo o basco.

Nesta sequência, o Professor António Branco assinalou que o processamento computacional constitui um enorme desafio científico e tecnológico, e que tem impactos em vários domínios,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

nomeadamente, no domínio social (tendo referido o *e-Government* e indicado que a cidadania plena só se concretiza com o processamento computacional da língua portuguesa), económico, cultural, geoestratégico e científico (realçando que este tema constitui uma excelente plataforma de cooperação com o Brasil e CPLP).

Salientou que as línguas que vão sobreviver são as que serão preparadas para a era digital e defendeu que o processamento computacional da língua deve ser inscrito como um desafio estratégico prioritário no Plano Nacional de I&D para 2014-2020, que pode ser financiado através de fundos estruturais Europa 2020 e do Programa Quadro Horizonte 2020.

Informou que nesse âmbito, em particular no que diz respeito aos temas recomendados pela Comissão Europeia para a Especialização Inteligente (*Smart Specialization*) de países e regiões, há 9 temas em Tecnologias de Informação e Comunicação, sendo um deles o processamento computacional das línguas nacionais, propondo o aproveitamento dos fundos nessa área. Por último, referiu o exemplo da Lituânia, que tem um programa no âmbito da preparação da língua lituana para a era digital, no montante anunciado de 10 milhões de euros, com recurso a esta possibilidade de financiamento.

O Deputado Carlos Enes (PS) questionou, depois, se entende que o papel do ILTEC - Instituto de Linguística Teórica e Computacional – é suficiente ou não, se os investimentos feitos são públicos ou privados e se o Acordo ortográfico terá alguma influência nesta matéria.

O Deputado Isidro Araújo (PSD) referiu que a língua é um ente vivo e manifestou preocupação com a falta de preparação da língua portuguesa a nível tecnológico e com o facto de embora ser a 5.ª língua mais falada, ter um reduzido impacto naquele nível.

Em resposta, o Professor António Branco informou que tem procurado colocar o assunto na agenda política e por isso veio à Assembleia da República e indicou que o investimento que tem sido feito é público e diminuto, Salientou que se trata duma área transversal, interdisciplinar, e como outras nesta situação, é prejudicada na atribuição de verbas apenas para a área das tecnologias de informação e comunicação ou apenas para a da linguística.

Indicou que o ILTEC é um centro de investigação da área (em que, aliás, já trabalhou), que como outros centros e laboratórios, tem contribuído para o progresso da mesma, assinalando que o seu papel é referido no livro branco. Quanto ao Acordo Ortográfico, indicou que a norma ortográfica adoptada é uma questão ortogonal à questão da preparação tecnológica da língua portuguesa para a era digital, preparação cuja dificuldade e desafios se manterão qualquer que seja a norma ortográfica adotada.

A gravação áudio da reunião e a documentação disponibilizada estão disponíveis na [página da Comissão, na internet](#).

Palácio de São Bento, 5 de dezembro de 2013

A assessora da Comissão
Teresa Fernandes